



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA / UFPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO / CE
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

PATRÍCIA MARIA DE ARAÚJO SOUZA

**EMPODERAMENTO FEMININO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A PERCEPÇÃO DE
ALUNAS CONCLUINTES DO CURSO DE PEDAGOGIA PRESENCIAL DA UFPB**

João Pessoa/PB
2019

PATRÍCIA MARIA DE ARAÚJO SOUZA

**EMPODERAMENTO FEMININO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A PERCEPÇÃO
DAS ALUNAS CONCLUINTEs DO CURSO DE PEDAGOGIA PRESENCIAL DA
UFPB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como parte dos requisitos necessários a
obtenção do título de Licenciatura Plena do
Curso de Pedagogia, pelo Centro de Educação,
da Universidade Federal da Paraíba / UFPB.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix da Silva.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663e Araujo, Patricia Maria de.

EMPODERAMENTO FEMININO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A
PERCEPÇÃO DE ALUNAS CONCLUINTEs DO CURSO DE PEDAGOGIA
PRESENCIAL DA UFPB / Patricia Maria de Araujo. - João
Pessoa, 2019.
51f.

Orientação: Jeane Felix da Silva Silva.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Empoderamento de Mulheres. Gênero. Ensino Superior.
I. Silva, Jeane Felix da Silva. II. Título.

UFPB/

PATRÍCIA MARIA DE ARAÚJO SOUZA

**EMPODERAMENTO FEMININO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: A PERCEPÇÃO DE
ALUNAS CONCLUINTEs DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB**

Trabalho de curso aprovado em: 10 / 05 / 2019

Banca examinadora

jeane felix da silva

Profa. Dra. Jeane Felix da Silva

Orientadora (UFPB)

Nadia Jane de Sousa

Profa. Dra. Nadia Jane de Sousa

(Examinadora)

Joseval dos Reis Miranda

Prof. Dr. Joseval dos Reis Miranda

Examinador (UFPB)

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos aqui imputados, serão sem dúvida para as pessoas maravilhosas que passaram pela minha vida durante toda minha trajetória na graduação. Fazendo jus, a todas as vivências e momentos de aprendizado que foram sem dúvida imprescindíveis para minha formação, colaborando para pessoa que sou.

Agradeço a todos/as os/as professores/as que me conduziram nessa grande jornada, levarei com todo carinho cada ensinamento adquirido, seja nos componentes curriculares, seja nas vivências a partir da troca com cada colega.

Grata a minha querida orientadora Jeane Félix da Silva, por estar comigo desde o início, dando seu total apoio, e com toda paciência sempre se dispondo a colaborar para a realização deste projeto, aproveito também para agradecer aos queridos examinadores deste trabalho, na pessoa da professora Nadia Jane de Sousa e do professor Joseval dos Reis Miranda, que se dispusera a contribuir para a realização da minha defesa. Agradeço a minha família, em especial ao meu esposo João, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando, sempre proferindo palavras de motivação, em momentos que eu pensei que não daria conta, foi sempre um amigo e conselheiro, serei eternamente grata.

Por fim, agradeço a todas as alunas que se dispuseram a contribuir com minha pesquisa, contribuindo também para minha formação pessoal e profissional, pois analisando as ideias de cada uma, pude me ver e me perceber em muitas de suas falas. Sou grata pelos ensinamentos adquiridos ao longo da construção deste trabalho bem como do curso de Pedagogia como um todo.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo conhecer o que dizem as estudantes concluintes do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, período letivo 2017.2, sobre as possíveis contribuições do curso para o empoderamento de suas estudantes. De maneira específica, buscou-se realizar uma contextualização histórica das lutas feministas e de gênero; e compreender de que maneira a inserção no ensino superior pode contribuir para a igualdade de oportunidades para as alunas do curso de Pedagogia. O estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, cuja coleta de dados se desenvolveu a partir da aplicação de um questionário com as referidas estudantes. Os resultados da pesquisa apontam que as estudantes reconhecem a importância da reflexão sobre as questões de gênero e empoderamento de mulheres no curso de Pedagogia e consideram ser de extrema importância o desenvolvimento de estratégias para promover o empoderamento de suas alunas.

Palavras-Chave: Empoderamento de Mulheres. Gênero. Ensino Superior.

ABSTRACT

This work of course conclusion (undergraduate thesis) has the purpose of knowing what graduates female academics of the master in pedagogy course of the Federal University of Paraíba, Campus I, academic term of 2017.2. say about possible contributions to the empowerment of female students. In a specific way, this study seek to realize a historical contextualization of feminist and gender struggles; as well as understanding how the insertion in higher education can contribute to equal opportunities for female students of pedagogy course. This study is about a researching using a qualitative approach whose data gathering was developed from an application of a questionnaire with referred female academics. Survey results indicate that female students recognize the importance of reflecting on issues related to gender and women empowerment in the pedagogy course and they consider that is very important to encourage the development of strategies which promote the empowerment of female academics.

Key-words: Women empowerment. Gender. Higher Education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 GÊNERO, FEMINISMO E LUTA DAS MULHERES: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
2.1 Gênero e Patriarcado.....	12
2.2 As Lutas Feministas.....	14
2.2.2 Sobre o Empoderamento.....	22
2.2.3 Empoderamento Feminino.....	23
3. O EMPODERAMENTO FEMININO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	25
4. PERCURSO METODOLÓGICO.....	27
4.1 Sujeitos da Pesquisa.....	29
4.2 Caracterização dos Sujeitos.....	29
4.3 Procedimentos de Análise dos Dados.....	30
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A EDUCAÇÃO SUPERIOR COMO INSTRUMENTO DE EMPODERAMENTO.....	31
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44
APÊNDICE.....	48

1 INTRODUÇÃO

As relações de gênero da maneira como são entendidas hoje em dia, foram construídas através de movimentos e grupos de mulheres que denunciaram e visibilizaram as desigualdades sociais entre homens e mulheres, com claros privilégios pra eles. Dessa forma, gênero seria a construção social daquilo que se compreende como masculinidades e feminilidades, isto é, as normas impostas socialmente às mulheres e aos homens.

De acordo com Dácio (2017), o conceito de gênero surgiu junto com os primeiros movimentos em prol dos direitos civis nos Estados Unidos, na década de 1970, e com outras bandeiras como a do movimento negro, representando uma forma de autovalorização e conquista da cidadania plena das mulheres. O termo também passou a ser usado na mesma época pelo movimento feminista, compreendido por suas idealizadoras como forma de alteração dos processos e estruturas que reduziam as mulheres à posição de subordinação ao homem. A partir da década de 1980 o conceito passou a ser disseminado em outras regiões do mundo, sendo utilizado em diversas outras perspectivas.

As desigualdades de gênero são perversas para as mulheres na medida em que as posicionam em lugares subalternizados na esfera social. Em oposição a essas desigualdades, uma aposta do movimento feminista é o investimento nas estratégias de empoderamento de mulheres. Contudo, pelo fato de apresentar diversos significados e pela possibilidade de ser empregado em vários contextos, existe certa confusão sobre a compreensão do empoderamento das mulheres nos âmbitos organizacionais, sociais, econômicos, políticos e educacionais. O empoderamento pode ser pensado como a possibilidade da mulher exercer o poder de escolha sobre a sua própria vida, além de ter sua voz ouvida nos mais diferentes espaços de sua existencia. Trata-se de uma expressão que revela a mudança desejada e associada aos interesses de um grupo que ainda não exerce plenamente seus direitos de ocupar posições de poder (CÉZAR; SCHERER; CORSO, 2017).

As discussões relativas à área surgem como resultados de várias críticas e debates provocados pelo movimento feminista em todo o mundo. As feministas problematizavam o que de fato as estratégias de desenvolvimento e as intervenções de base não estavam sendo suficientes para melhorar o status social da mulher. Elas

chamavam atenção para a necessidade de equidade entre homens e mulheres indicando que esse processo demandava a necessidade de se fomentar a participação das mulheres na sociedade, sendo a educação uma das ferramentas para tal. A ideia de trabalhar a Temática surgiu a partir de conversas entre uma colega de sala, pois vivenciávamos naquele momento situações cotidianamente que muitas vezes nos inquietávamos, por sermos esposas, trabalhadoras e estudantes. O foco seria apresentarmos juntas, devido as mudanças no quadro de apresentações dos trabalhos acadêmicos, infelizmente tivemos que rever a forma como trabalharíamos o tema que era tanto do meu interesse quanto dela, conversamos e ajustamos que ela focaria na Temática do empoderamento das alunas iniciantes do curso de Pedagogia, logo, fiquei com a responsabilidade defender sobre o Empoderamento feminino das alunas concluintes, Mesmo assim, continuamos nos ajudando o que resultou numa troca positiva para ambas. Assim, compreendendo a necessidade de estratégias para fomentar o empoderamento de mulheres desde a educação. Surgiu o meu interesse por conhecer o que as estudantes concluintes do curso de Pedagogia dizem sobre empoderamento das mulheres. A partir dessa perspectiva, o presente estudo norteou-se pelo seguinte questionamento: de que forma o curso de Pedagogia da UFPB, campus I, pode contribuir para o empoderamento de suas estudantes?

Parto do pressuposto de que o empoderamento é uma ferramenta usada para criar um ambiente em que as mulheres tenham as mesmas oportunidades de crescimento profissional e os mesmos níveis de participação social dos homens. Acredito que uma mulher empoderada desenvolve um alto senso crítico em relação ao mundo e conseqüentemente nas suas relações pessoais e interpessoais, colaborando para seu poder de decisão sobre os rumos de sua própria vida. Acredito que os conhecimentos adquiridos no percurso de um curso superior podem contribuir com a igualdade de oportunidades para as mulheres.

Para responder à pergunta problema, o presente estudo teve como objetivo geral: conhecer o que dizem as estudantes concluintes do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba sobre as possíveis contribuições do curso para o empoderamento de suas estudantes. De maneira específica, buscou-se realizar uma contextualização histórica das lutas feministas e de gênero; e compreender em que medida a inserção no ensino superior pode contribuir para a igualdade de oportunidades para as alunas do curso de Pedagogia. Buscando referências de alguns autores como por exemplo: Bezerra, Mageste, Paulo Freire, Dácio

entre outros ,que trazem a tona em suas obras contextos relevantes a vida da mulher e do empoderamento das mesmas.

Para alcançar os objetivos propostos, tomei como referência os pressupostos da pesquisa qualitativa. De acordo com Andrade (2010), a pesquisa qualitativa é uma atividade científica que objetiva a construção da realidade, mas preocupando-se com as ciências sociais em um nível de realidade que geralmente não pode ser quantificado, optando por trabalhar com universo de crenças, significados ou valores que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. Seus resultados não são apresentados estatisticamente, mas de modo qualitativo, em formato de texto..

Além disso, para realizar as reflexões relacionadas à temática proposta, bem como para facilitar a compreensão dos resultados obtidos, o estudo foi dividido em três partes articuladas: no capítulo um, apresento o referencial, que aborda as questões de gênero, empoderamento e empoderamento feminino; o capítulo dois apresenta o percurso metodológico da pesquisa e o capítulo três, apresenta os resultados. Por fim, apresento ainda as considerações finais sobre a pesquisa.

2. GÊNERO, FEMINISMO E LUTAS DAS MULHERES: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Ao longo dos anos a figura feminina era considerada inferior à do homem, associando a mulher meramente como objeto de satisfação masculina, resultando na desvalorização e discriminação nos diversos meios que se encontrava inserida. Visando coibir com tais repressões a mulher buscou ao longo do tempo através dos movimentos feministas buscar medidas de superação social.

Alguns estudos realizados com proposição de destacar a história da luta das mulheres teriam surgido nos anos de 1960, com o movimento feminista, exigindo que a historiografia apresentasse a participação delas, exaltando assim suas heroínas explicando a opressão Patriarcal. Nos anos 1970, a historiografia das mulheres teria se afastado da política.

Conforme Descarrie (2002) o feminismo surge para propor um novo projeto de sociedade alternativa tendo como objetivo a abolição, ou ao menos a transformação profunda da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e justiça social. Os movimentos feministas em sua conjuntura reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a desigualdade de gênero.

Por estas e outras razões o discurso da igualdade de gênero é uma máxima a ser buscada em razão das necessidades e direitos das mulheres, tendo em vista que as diferenças de gênero em função dos papéis impostos aos seres humanos a partir do sexo biológico é de suma importância, para se fazer compreender os motivos que desencadeiam a dominação masculina e a desvalorização da mulher.

O termo de gênero tem sido utilizado para teorizar a questão da diferença sexual, onde se denota que a categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e organização social na diferença sexual (COLLING, 2004). Por meio dessa definição faz-se necessário desmascarar o conceito de gênero, à medida que ser homem ou ser mulher é também uma construção simbólica instigada no regime de emergência dos discursos que configuram os sujeitos. Depreende-se então que construir a igualdade de gênero consiste em aceitar que as diferenças existem porque somos seres humanos sujeitos a determinações do meio que estamos inseridos, cada um com sua peculiaridade,

onde estas precisam ser respeitadas, compreendendo para tanto que cada um tenha seu próprio jeito de ser agir e viver.

2.1 Gênero e Patriarcado

Todas as atividades humanas são mediadas pela cultura. A partir dessa afirmação, faz sentido dizer que as relações de gênero não são naturais, mas construções sociais e culturais, ou seja, representadas por meio das relações desiguais entre homens e mulheres. Nesse contexto, as relações de gênero ocorrem entre sujeitos historicamente situados, o que não implica apenas nas relações entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens, mulheres e mulheres, etc. (ÁVILA, 2014).

As desigualdades de gênero fazem com que determinados sujeitos tenham mais poder, direitos, prestígio, segurança, oportunidades, respeito ou privilégios do que outros e criam um contexto onde alguns indivíduos têm mais liberdade para desenvolverem sua autonomia do que os demais, levando-se em consideração várias perspectivas, como condições desiguais no acesso à educação e trabalho.

Para falar de relações de gênero é necessário compreender os conceitos de gênero e o de patriarcado. Em nossa sociedade, as relações de privilégio em relação a gênero, usualmente ocorrem em favorecimento dos homens e não das mulheres. Essa hierarquização ocorre em virtude do patriarcado, que seria um sistema impositivo de desigualdade hierárquica dos sexos por meio de ideias e comportamentos que afirmam a superioridade masculina e reafirmam a inferioridade da mulher (DURÁN, 2008). O patriarcado, segundo Souza (2015):

se constitui junto com as sociedades de classes, o que significa dizer que precede o modo de produção capitalista, e nele assume formas singulares de existência. Essa existência tão antiga do patriarcado, bem como as diversas faces que ele assume na história, valendo-se das diferenças culturais, históricas e de classes para se perpetuar, faz com que, às vezes, essa opressão – construída por meio de tão hábeis estratégias – pareça indestrutível. No entanto, a cada nova forma na qual essa opressão se expressa, novas vozes surgem para combatê-la, às vezes equivocadas, às vezes acertadas; [...] (SOUZA, 2015, p. 476).

Na concepção de Santana (2017), o patriarcado é consequência das relações políticas, econômicas e sociais hierarquizadas que privilegiam o homem. É algo que ainda se faz presente na sociedade moderna sob a forma de subordinação da mulher em todas as esferas. O seu conceito envolve uma relação de opressão ao sexo feminino: as atividades desenvolvidas por mulheres são menos valorizadas, por que, na prática, possuem menor valor social, condições precárias e baixos salários. Sob essa ótica, o patriarcado se intensifica por consequência do próprio capitalismo.

Mas o patriarcado não se manifesta somente pela discriminação salarial ou política, mas também no exercício do controle sobre a sexualidade ou sobre a capacidade reprodutiva da mulher, na medida em que o homem ou o próprio Estado influenciam diretamente em sua opção por ter ou não ter filhos, ou ainda acerca da quantidade de filhos que deseja ter (DURÁN, 2008). Portanto, além de uma categoria social diminuída e discriminada, as mulheres também são tratadas como objetos de satisfação sexual masculina, reprodutoras de herdeiros e de força de trabalho.

Enquanto o conceito de gênero, segundo Santana (2017), surgiu entre as décadas de 1970 e 1980 através do movimento feminista, visando romper a barreira ideológica do patriarcado e distinguindo a dimensão biológica da dimensão social, O conceito de sexo passou a contextualizar as diferenças biológicas entre homens e mulheres, enquanto o gênero passou a considerar as relações sociais de cada sujeito. Para a autora, o gênero é a construção histórica e social do sujeito passível de mudanças em relação ao tempo e a cultura de cada localidade.

Conforme Durán (2008), as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres são as mais utilizadas para justificar a discriminação e restringir a autonomia da mulher. Assim, as mulheres passam a ser vinculadas socialmente ao cuidado dos/as filhos/as e ao lar. Falar sobre gênero significa refletir sobre os diferentes lugares de homens e mulheres, no mercado de trabalho, na vida social, nas relações familiares. Por isso, cabe a todas as pessoas, especialmente profissionais da educação, desconstruir padrões historicamente atribuídos para mulheres e homens.

Na sociedade contemporânea o poder é legitimado por meio das relações entre homens e mulheres. Desse modo, as desigualdades de gênero são estimuladas desde a infância, através de uma educação diferenciada, fundamentada em conceitos sociais transmitidos por gerações passadas (SOUZA, 2015). Por meio das normas de gênero, meninas são ensinadas a brincar de boneca e serem delicadas e meninos

são ensinados a não chorar, por exemplo. Na escola e na universidade, as desigualdades de gênero precisam ser enfrentadas cotidianamente.

2.2 As Lutas Feministas

Conforme mencionado, ao longo da história, principalmente nas civilizações antigas, a mulher foi tratada pelo homem como objeto de uso, servindo apenas para procriar, cuidar dos filhos e ser submissa às suas vontades, ocupando uma condição subalterna em relação à figura masculina. Por esta razão o discurso da igualdade de gênero é uma máxima a ser buscada, visando garantir os direitos das mulheres, tendo em vista que os papéis sociais impostos pela sociedade patriarcal desencadearam a dominação masculina e discriminação da mulher em vários campos (MARTINS; COSTA, 2017).

É válido destacar que as respostas das mulheres à opressão estrutural e à dominação masculina sempre ecoaram no silêncio da história, mas muitas delas foram esquecidas ou distorcidas pela voz dos dominantes. Para Machado (2010) é possível que registros de lutas das mulheres tenham sido neutralizados ou menosprezados, de modo que não é possível afirmar a existência de grupos organizados que se opunham à desigualdade, principalmente nas sociedades mais antigas, mas de personalidades, que reagiram à opressão de forma individualizada.

Nesse sentido, entende-se que as primeiras organizações feministas surgiram nos últimos anos do século XVIII, com base nos ideais da Revolução Francesa, estendendo-se até as primeiras décadas do século XX (MARTINS; COSTA, 2017). Estes grupos buscavam melhorar as relações e o espaço entre homens e mulheres, visando rever velhos conceitos e paradigmas ancorados na cultura patriarcal, fazendo com que a força encorajadora das mulheres não se calasse e que as mesmas pudessem ocupar os mesmo espaços e nas mesmas condições que os homens.

De acordo com Alves (2011) não existe uma definição consensual do que seja o feminismo. Na realidade, esse termo traduz um longo processo histórico, com raízes no passado, mas que continua em processo de construção nos dias de hoje e sem um ponto predeterminado de chegada. Como qualquer outro processo de transformação social é um fenômeno que traz certezas e contradições, avanços e recuos, alegrias e medos e que se configura de forma diferente em cada canto do

mundo. Não é um movimento singular, mas uma mobilização social, política, multifacetada e plural.

A etimologia da palavra feminismo também varia de autor para autor. Alguns autores defendem que o termo teve origem na França, tornando-se popular como sinônimo de emancipação das mulheres. Por muito tempo, a origem do termo foi atribuída ao socialista francês Charles Fourier, que em 1837 teria utilizado o neologismo *feminisme*, popularizado mais tarde pela feminista francesa Hubertine Auclert. Para outros, entretanto, a palavra teria sido usada pela primeira vez em 1872, por Alexandre Dumas Filho, para fins jornalísticos e políticos, quando escrevia sobre questões polêmicas, como divórcio e adultério (AMORIM, 2011). Nas palavras de Oliveira e Kassab (2014):

Os primeiros indícios do movimento feminista ocorreram durante a Revolução Francesa, através da publicação do livro "*A Vindication of the Rights of Woman*", de Mary Wollstonecraft. O livro reivindicava a legitimação e amplitude dos direitos políticos para as mulheres, colocando em prática a teoria liberal dos direitos inalienáveis do homem, para lutar pelo direito feminino, enfatizando maior atenção ao direito à educação. Porém, também reivindicavam direitos trabalhistas para as mulheres, direito à maternidade, e outros relacionados às expressões da questão social. Desta forma, as primeiras ideias feministas surgiram no lastro histórico das transformações políticas e econômicas expressando-se como instrumento crítico e reivindicatório (OLIVEIRA; KASSAB, 2014, p. 1).

Atualmente, o conceito do que é feminismo e a acepção do que significa ser feminista têm sido amplamente discutidos. Por um lado, há mulheres que consideram que o feminismo é o contrário do machismo e que ser feminista significa odiar o sexo masculino. Enquanto umas lutam pelos ideais feministas outras comparam o movimento com outras iniciativas opressoras. Desde a origem dos primeiros grupos feministas existem essas comparações e mesmo com os avanços, a visão sobre o feminismo que trata as mulheres como loucas, frágeis, dentre outras, ainda faz parte da sociedade (BITTENCOURT, 2015).

Para compreender melhor o fenômeno do feminismo, também é interessante conhecer um pouco de sua história, que pode ser dividida em três momentos, ou três "ondas", como também são chamadas. São elas, a onda das sufragistas, a onda política e a onda do ogedismo.

A primeira onda do feminismo conhecida como onda das sufragistas, foi impulsionada pelo paradigma do liberalismo e fundava-se na ideologia burguesa e na busca por um conceito ampliado de cidadania, que incluísse mulheres, negros e as camadas mais populares da sociedade. Nessa primeira onda, o feminismo consistia na busca pela ampliação da cidadania, reivindicando igualdade de direitos para as mulheres em relação ao acesso à educação formal, à formação profissional, direito ao voto e representação política (ALVES, 2011).

De acordo com Santana (2015), essa fase também ficou caracterizada como ligada aos interesses das mulheres brancas e de classe média, por que apresentava pautas generalizadas de igualdade formal inclusiva, mas que pouco ou nada alterariam a estrutura social patriarcal. Mesmo assim, trata-se de um momento importante para o feminismo, por representar uma mobilização massiva, onde milhares de mulheres ocupavam as ruas da Inglaterra e dos Estados Unidos, sofrendo represálias sociais e penais. Assim, mesmo se restringindo a busca por conquistas formais, o impacto na ordem patriarcal era inegável. Por outro lado, Bittencourt (2015), observa que:

Entretanto, sempre que o movimento restringe-se a pautas isoladas, sem observar a estrutura de dominação e exploração que antecede a discriminação pontual conquistada os direitos formais – civis e políticos –, a luta de massas está fadada a arrefecer. Isto é, as décadas de 1930 e 1940 revelam o descenso feminista, pois as mulheres poderiam votar e ser votadas, frequentar universidades e escolas e ingressar no mercado de trabalho: direitos adquiridos pelo período de grandes guerras mundiais e pelos postos vagos dos homens operários que foram impelidos aos campos de batalha (BITTENCOURT, 2015, p. 200).

Assim, após o período das grandes guerras mundiais, os homens retornaram aos postos de trabalho na indústria e a mulher retorna ao espaço doméstico. A mídia e as propagandas da época passaram a enaltecer o papel de dona de casa servil ao marido e destacar a importância do papel de boa mãe e de boa esposa. Dessa forma, muitas teorias feministas passaram a questionar o reforço de tais papéis sociais e procuram retomar a luta por certas conquistas como o ingresso na universidade e a conquista da democracia representativa (SANTANA, 2015).

De acordo com Alves (2011), a segunda onda feminista, também chamada de onda política, compreende o período entre as décadas de 1960 e 1980, com o avanço da percepção do movimento como um todo, diversificando as frentes de luta e

denunciando os abusos da sociedade patriarcal. A partir desse período o próprio movimento feminista passa a criticar o seu caráter burguês-liberal de outrora, elevando-se as vozes das mulheres negras e/ou pertencentes às classes menos abastadas.

Nesse período que tiveram início as discussões e problematizações sobre as diferenças entre gênero, sexo e orientação sexual, desmistificando a questão dos papéis sociais que seriam inerentes a homens ou mulheres. A luta feminista dessa época destacava ainda questões relacionadas ao corpo feminino, como a violência doméstica, que ainda era um assunto intocado. O papel de esposa, mãe e dona de casa também era contestado. As feministas reivindicam ainda o direito ao aborto, e protestavam contra os comportamentos típicos exigidos para uma mulher da época, como a obrigação de cuidar dos filhos e do marido (AMORIM, 2011). De acordo com Santana (2015):

A segunda onda, iniciada no início da década de 1960, teve como marco a continuação da primeira onda, mas intimamente ligada ao movimento das sufragistas europeias pelos seus direitos políticos. Neste momento, as feministas buscavam consolidar esses direitos políticos e, também, preocupavam-se com as desigualdades sociais e culturais que estavam evidentes entre os homens e as mulheres. Neste sentido, a Frente de Liberação das Mulheres passou a ter ampla visualização nos Estados Unidos e em países circunvizinhos, seja geográfica ou culturalmente. Os protestos durante os desfiles da Miss América e a queima de sutiãs foram alguns dos atos mais marcantes deste movimento (SANTANA, 2015, p. 38).

Entretanto, o grande baque neoliberal das décadas de 1980 e 1990 alavancou o poder do mercado globalizado, flexibilizou as relações trabalhistas e culminou com um descenso generalizado dos movimentos sociais, que passaram a encontrar uma repressão econômica e ideológica muito mais forte. No caso do movimento feminista não foi diferente e a partir de então surgiram divergências teóricas sobre a existência e fundamentação de uma terceira onda do movimento, impulsionada pela produção acadêmica e por pesquisas focadas na área (BITTENCOURT, 2015).

De acordo com Santana (2015), a terceira onda do feminismo, também chamada de onda do ogedismo ou feminismo da diferença, eclodiu no início da década de 1990 com o propósito de rearranjar o que não ficou claro na segunda onda. Dessa forma, o feminismo deixou de se preocupar apenas com a realidade das

mulheres brancas e abastadas, passando a incluir também, as pautas dos grupos minoritários que também estavam inseridos no movimento.

Para Alves (2011) a partir dessa terceira onda é que a discussão feminista passa a ser amplamente espalhada, inclusive resultando no aumento da produção acadêmica e de pesquisas ligadas à temática. O próprio desenvolvimento tecnológico, com a popularização da televisão e de outros meios de comunicação, permitiu que o feminismo alcançasse a dimensão global contemporânea. Curiosamente, a partir desse período também cresce a procura por obras de autoras feministas.

Ressalta-se que essas três ondas citadas resumem a história de desenvolvimento do feminismo no ocidente, até o estágio atual. Entretanto, alguns autores como Bittencourt (2015), apontam para a possibilidade de que uma quarta onda do feminismo estaria sendo vivenciada atualmente. Isto estaria ocorrendo em decorrência do uso da internet por vários grupos feministas e a força virtual feminina focada em denunciar situações de machismo e garantir os mesmos direitos que os homens. Na realidade a internet abriu um leque sobre o que é ser feminista, através de discussões e debates em fóruns e redes sociais e mais recentemente com o uso das *hashtags* nas redes sociais.

O movimento feminista brasileiro não aconteceu isolado, tampouco de forma homogênea, sem influências do contexto mundial, especialmente dos movimentos feministas latino-americanos. As primeiras manifestações feministas no Brasil ocorreram na primeira metade do século XIX, principalmente através da imprensa feminina. No final daquele século as mulheres já estavam engajadas em lutas sindicais por melhores salários e condições de trabalho, influenciadas pelos ideais socialistas europeus. Além disso, também já havia reivindicações sobre o combate às discriminações e abusos a que eram expostas por sua condição de gênero (AMORIM, 2011).

Já Machado (2010), considera que o movimento feminista tenha surgido no Brasil por iniciativa de mulheres emancipadas e pertencentes à classe média, enquanto que as operárias já participavam de outros movimentos sociais, mas restritos a reivindicações gerais. A partir da década de 1920, o movimento recebe impulso e foca na luta feminina pelos direitos políticos, principalmente ao voto e ingresso na universidade, assim como ocorria na Europa, com a luta sufragista. Nesse primeiro momento, o movimento feminista no Brasil pode ser considerado como bastante comportado. Conforme acrescenta Pinto (2010):

No Brasil, a primeira onda do feminismo também se manifestou mais publicamente por meio da luta pelo voto. A sufragetes brasileiras foram lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista de importância, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, iniciando a luta pelo voto. Foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, organização que fez campanha pública pelo voto, tendo inclusive levado, em 1927, um abaixo-assinado ao Senado, pedindo a aprovação do Projeto de Lei, de autoria do Senador Juvenal Larmartine, que dava o direito de voto às mulheres (PINTO, 2010, p. 15).

Nessa primeira onda do movimento feminista no Brasil, vale destacar o movimento das operárias de ideologia anarquista, reunidas na chamada União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas, que em manifesto de 1917 proclamaram: “Se refletirdes um momento verei quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas, por seres repelentes” (PINTO, 2010, p. 16). Este feminismo inicial, que ocorreu da mesma forma na Europa e Estados Unidos perdeu força a partir da década de 1930 e só ressurgiu com a mesma força no início da década de 1960, com a chamada segunda onda do movimento feminista.

Vale destacar que no decorrer desses 30 anos, em que o movimento pouco avançou, surgiu a obra intitulada: *O segundo Sexo*, de Simone Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949, onde a autora estabelece uma das máximas feministas no sentido de que “não se nasce mulher, se torna mulher”. Beauvoir foi uma grande filósofa, pensadora e feminista francesa e a sua publicação é vista como fundamental para o fortalecimento e revigoramento do feminismo em meio às grandes movimentações que deram origem à segunda onda do movimento (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

Segundo Machado (2010), a década de 1960 foi especialmente importante para a maior parte do mundo ocidental. Os Estados Unidos, por exemplo, entravam com todo seu poderio militar no Vietnã, envolvendo uma grande quantidade de jovens americanos. Também surgia o movimento *hippie* na Califórnia e a famosa expressão “paz e amor”. Nessa década também surgiram nos Estados Unidos as primeiras pílulas anticoncepcionais. Na Europa, estudantes se aliavam, aos operários nas lutas pelas causas em comum e o movimento feminista, assim como os demais ganhava força. Nas palavras de Pinto (2010):

Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo (PINTO, 2010, p. 16).

Por outro lado, diferentemente dos casos norte – americano e europeu, o cenário no Brasil não estava tão favorável para os movimentos sociais e muito menos para a construção de movimentos libertários, principalmente a partir de 1964 com o advento do regime militar, que de início a um longo período de repressão social contra aqueles que se opunham aos seus ideais e ficou conhecido como “anos de chumbo”. Foram anos muito difíceis para aqueles que buscavam pela política de esquerda e principalmente para os movimentos sociais, não dando alternativa para as atividades feministas, senão se juntar a grupos guerrilheiros na clandestinidade (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

Para Amorim (2011) essa inserção das mulheres nos grupos guerrilheiros representou uma quebra de tabu em relação ao estereótipo feminino, pois para os homens ver uma mulher com uma arma em mãos era algo surpreendente. Mesmo assim, na década de 1970 muitas militantes foram exiladas, principalmente em Paris, de modo que esse contato das brasileiras com um dos berços do movimento feminista no mundo propiciou o crescimento do movimento no Brasil.

Dessa forma, enquanto algumas ativistas continuavam a enfrentar os militares e a organizar manifestações ao lado de outras classes de representação sociais como estudantes e a classe operária, as exiladas, em Paris e outras cidades europeias e latino-americanas, começavam a se reunir e discutir as ideias feministas, mesmo repreendidas pelos homens, que em geral eram seus próprios companheiros, também exilados e que enxergavam no feminismo um desvio na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo (PINTO, 2010).

A década de 1980 foi o período de maior engajamento das mulheres na militância brasileiras, visando garantir os seus direitos, levando-se em consideração a redemocratização do regime político no país. Vários outros movimentos sociais e coletivos uniram-se a causa feminista incorporando discussões e reivindicações

pautadas em temas como a violência, sexualidade, direito ao trabalho, direito à terra, casamento, opções sexuais e racismo (MENDES; VAZ; CARVALHO, 2015).

Muitos desses grupos se organizavam nas comunidades carentes e favelas, bem próximos aos movimentos mais populares, bairristas, como associações e igrejas, de modo que lutavam por educação, melhores condições de moradia e saneamento básico. Essa aproximação foi importante para ambos. No caso do movimento feminista, que teve origem com as mulheres de classe média e intelectualizadas, foi possível manter uma interface com os movimentos populares, trazendo novas percepções e ideias para ambos os lados.

Na concepção de Amorim (2011), pode-se afirmar que nos anos de 1980 o movimento feminista no Brasil era uma força política e social consolidada e representativa. O discurso feminista passou enfim a levar em consideração as relações de gênero, difundido as ideias feministas em todo o país. Isso se deveu não apenas ao esforço das protagonistas do movimento, mas da receptividade da sociedade em geral. O movimento acabou crescendo em todo o país, com a penetração de feministas nos sindicatos, partidos políticos, associações profissionais e no campo acadêmico, legitimando a mulher como protagonista de sua própria existência.

De acordo com Machado (2010), uma das mais importantes conquistas do movimento feminista no Brasil foi a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), no ano de 1984. Com sua secretária possuindo o status de ministra, e com o apoio de várias entidades e associações, o CNDM promoveu uma campanha nacional visando a inclusão dos direitos e garantias das mulheres na nova Constituição Federal. Nas palavras de Pinto (2010):

Do esforço resultou que a Constituição de 1988 é uma das que mais garante direitos para a mulher no mundo. O CNDM perdeu completamente a importância com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, com status de ministério, e foi recriado o Conselho, com características mais próximas do que ele havia sido originalmente (PINTO, 2010, p. 17).

A partir da nova Constituição Federal de 1988, o movimento feminista sofreu uma tendência à profissionalização, com o surgimento de Organizações Não – Governamentais focadas na intervenção junto ao Estado, visando à aprovação de

medidas protetoras e garantidoras dos direitos da mulher. Uma das questões centrais dessa pauta era a luta contra a violência doméstica. Nesse sentido, além das Delegacias Especializadas no Atendimento da Mulher, espalhadas pelo Brasil, uma das maiores conquistas foi a aprovação da Lei nº. 11.340/06, conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e punir a violência contra a mulher (PINTO, 2010).

Atualmente, o interesse das ciências sociais por temas como a violência contra a mulher, a inserção da mulher no mercado de trabalho, o ingresso dessas estudantes nos cursos superiores, tem aumentado. Os movimentos feministas, acompanhados da inserção das mulheres no desenvolvimento de novos estudos, criaram condições para que essas temáticas fossem analisadas a partir de novas perspectivas. Uma das teorias mais recentes em relação ao estudo do gênero diz respeito ao empoderamento feminino, que ocupa várias preocupações, conforme se destaca a seguir.

2.2.1. Sobre o Empoderamento

De acordo com Mageste e colaboradores (2008), o termo empoderamento carrega uma história e pode conter vários significados, a partir de diferentes correntes ideológicas. Em linhas gerais, o empoderamento significa a obtenção ou reforço do poder. As teorias que discutem as relações de gênero, também discutem as relações de poder e esse poder tem muitas dimensões. Dessa forma, o empoderamento engloba algumas dimensões de poder.

O empoderamento como processo e como resultado, pode ser concebido emergindo de uma interação social no qual os indivíduos (as), os tornam-se próprios de suas vidas pela interação com outros indivíduos, gerando assim, pensamento crítico em relação à realidade, favorecendo a construção da capacidade pessoal e social, possibilitando a transformação de relações sociais estruturais de poder.

As múltiplas dimensões do empoderamento são sempre individual e coletivamente construídas, envolvendo também questões de autonomia versos economia, ou seja, referindo-se ao acesso e controle de recursos do mercado de trabalho, onde este por sua vez, é fator determinante para o aumento das possibilidades de escolhas e mais controle sobre realizações específica, como melhor bem estar e dignidade, maior equilíbrio entre vida pessoal e profissional, e melhores oportunidades econômicas de inserção.

O empoderamento como forma de autonomia simbólica se consiste no ato de desafiar as práticas e conceitos que contribuem para o estabelecimento e a permanência das formas de subordinação de gênero, ou seja, descobrir determinadas formas de produção e superação sobre os papéis de gênero, tem sido a lógica usada pelas mulheres, especialmente daquelas mais pobres ou em situação de vulnerabilidade e risco.

Já o empoderamento vinculado a autonomia política, refere-se a equidade na representação, em instituições políticas, em cargos de poder. Refere-se às estratégias para promover participação ativa das mulheres nas tomadas de decisões que afetarão suas vidas e de outras pessoas semelhantes a elas. Trata-se da luta por espaços de fala e de exercício de poder, nos quais as mulheres possam falar sobre elas próprias, conquistando o direito de se engajar no espaço político democrático.

2.2.2 Empoderamento feminino

No Brasil o tema Empoderamento Feminino tem sido objetivo de investigação na compreensão da relação da mulher entre trabalho versus família. Para Lúttrel e Queiroz (2009) o empoderamento está encadeado ao reconhecimento do indivíduo, neste caso a mulher, em relação a sua participação na sociedade e de sua ascensão para o sucesso profissional e bem-estar, ou seja, percebeu-se ao longo do tempo que para uma maior equidade entre homens e mulheres é necessário mais que bem estar, e assim o empoderamento foi se evidenciando como um processo de desafio das relações de poder existentes, e assim como obtenção de maior controle sobre as fontes de poder (BATLEIWALA, 1997; LEONI, 2001).

O empoderamento surgiu como forma de superação feminina onde elas podem exprimir suas ideias podendo decidir sobre sua própria vida nos espaços públicos e privados, bem como exercer poder nos espaços, em que são tomadas decisões acerca das políticas públicas e de outros acontecimentos relativos aos rumos da sociedade e que interferem direto ou indiretamente sobre seus interesses. De fato o empoderamento das mulheres representa um desafio às relações patriarcais garantindo a elas autonomia para controlar o próprio corpo, a sua sexualidade, o seu direito de ir e vir, bem como um repúdio a violência, ao abandono e as decisões unilaterais masculinas.

Desta forma compreende-se que o empoderamento das mulheres sem dúvida transforma-se neste contexto em um ato político libertador que se contrapõe a concepção bancária de educação. (freire) Interligando o empoderamento da nova mulher contemporânea os estudos que englobam teses e pesquisas nessa linha da temática da luta das mulheres e das questões de gênero mostram que as meninas já não sonham mais com príncipes encantados e finais felizes, a futura geração de mulheres independentes foca na profissão como trilhar certo para a felicidade, por isso precisa-se fazer compreender que o empoderamento feminino não depende somente das mulheres, mas como da sociedade como um todo, ou seja, o ato de conceber o poder de participação social às mulheres é garantir que possam estar cientes sobre a luta pelos direitos, como igualdade entre gêneros, por exemplo.

Sem dúvida o empoderamento feminino é um fenômeno complexo e multidimensional, tendo ele múltiplos significados, todos eles relacionados de certa forma ao poder, participação, capacidade, autonomia e liberdade. A importância destes significados variam bastante entre seus atores e contextos, todos eles voltados para a dignidade, autoestima, respeito e autorrespeito, capacidades altamente valorizadas pelas mulheres.

3. O EMPODERAMENTO FEMININO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), assegura que a educação é direito de todas as pessoas e estabelece princípios de igualdade entre todas (BRASIL, 1996). A LDBEN garante a participação e inserção das mulheres no meio educacional, direito conquistado após várias reivindicações dos movimentos feministas e de mulheres, por entendê-la como um instrumento importante que influi na formação, transformação e desenvolvimento das pessoas e, conseqüentemente, da sociedade na qual nos inserimos (GOMES, 2013).

Diante do presente cenário educacional, apresentado no Brasil, é de extrema importância ressaltar a importância de propor novas fontes de informações, que apontem para a necessidade de um olhar atento para a participação das mulheres no meio Universitário analisando o papel das políticas públicas e de ações afirmativas, verificando se esta de fato tem assegurado os direitos das mulheres.

Segundo Nascimento (2013) ações afirmativas é formas de políticas públicas que objetivam efetivar as ações do Estado na promoção do bem estar e da cidadania garantindo igualdade de oportunidades e tratamento entre as pessoas e a mobilização dos setores culturais com intenção de ampliar as ações de inclusão social.

Corroborando com este pensamento, Azevedo (2003, p. 38) ressalta que “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”. A educação é um conceito vasto para se tratar das políticas educacionais, ou seja, as políticas educacionais são específicas no tratamento da educação, pois são aplicadas a partir de várias questões cotidianas, em síntese, as políticas públicas educacionais são imprescindíveis para o bom desenvolvimento da educação escolar.

Com relação à participação da mulher no meio universitário um fator de exclusão educacional, considerado pelas políticas públicas na promoção do desenvolvimento e na inclusão, é a desigualdade de gênero, ainda esta enraizada na academia, nas suas esferas mais qualificadas. Quando analisados no contingente da docência superior, por exemplo, os números mostram para mulheres docentes uma média de dez pontos percentuais abaixo da frequência dos homens. (PORTAL MEC 2013).

A discriminação das mulheres existente na sociedade vem de muitos anos atrás e mesmo com o auxílio das políticas públicas adotadas no decorrer das décadas, ainda persiste nos dias atuais. O preconceito se inicia através da distinção de homens e mulheres, estes se discriminam dentro de seus próprios grupos de acordo com raça, classe social, orientação sexual e outros critérios. Dentro da Universidade não é diferente, estes tipos de preconceitos são praticados contra os indivíduos que estão dentro de um dos grupos que sofrem a discriminação citadas acima.

Queiroz (2013) chama a atenção para o acesso diferenciado entre homens e mulheres ao ensino superior, onde estudos das autoras Blay e Conceição (1991) mostram que no Brasil as mulheres ingressam tardiamente na universidade. Somente após o século XIX é que as mulheres brasileiras conquistaram o direito de ingressar no curso superior. Porém, ainda existe a discriminação do Gênero feminino. De acordo com Santos (2016):

o censo de educação superior realizado em 2015: 8% de todas as matrículas em graduação estava destinadas a carreira de Pedagogia. As mulheres respondiam por 606.678, ou seja, 93% dessas matrículas. Já considerando todos os demais estudantes, as mulheres ainda representam a maioria, embora em uma porcentagem bem mais Baixa. Os dados mostram ainda que “no decorrer do tempo”, as instituições privadas com e sem fins lucrativos, aumentaram em 27% seu número de vagas em Pedagogia, e sua concentração total de vagas na carreira subiu para 80, 6% em 2009 e 2015 (SANTOS, 2016, p. 1).

Os dados do Censo da educação superior 2016, em sua última edição, revelam que as mulheres representaram 52,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação, superando o censo do ano 2006, quando elas representavam 56,4% das matrículas em cursos de graduação. Já na docência, os homens são maioria. Dos 384.094 docentes da Educação Superior em exercício, 45,5% são mulheres.

Neste sentido, os efeitos da implantação de políticas públicas que promovem a inclusão e o acesso à educação têm sido reflexos diretos principalmente na vida educacional e profissional das mulheres como aponta Bezerra (2013, p. 1). “Assim, o acesso da mulher à educação regular e seu ingresso no ensino superior são conquistas obtidas através de incansáveis lutas e manifestações”. Por meio dessas lutas as mulheres conseguiram assumir seu lugar na sociedade. Embora ainda tenhamos muito a conquistar, a história nos mostra que muitas dessas lutas serviram para que outras mulheres assumam a seu papel de estar aonde quiser e de fazer de

sua vontade uma realização, sem que esteja receosa de estar fazendo algo certo ou não; a mulher tem autonomia e liberdade para gerir qualquer cargo, ocupar posições até então em hegemonia do homem, mulheres e homens são sujeitos sociais com direitos e deveres e por isso não podem existir, sob hipótese alguma, discriminação e valorização de um gênero sobre o outro.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

De acordo com Andrade (2010) quando um(a) pesquisador(a) inicia seus questionamentos sobre determinado assunto ele deverá pensar também na forma como conduzirá a sua pesquisa, respeitando as normas técnicas, para atingir os seus objetivos. A metodologia é, portanto, o caminho que o pesquisador escolhe para desenvolver o seu trabalho. São as técnicas que ele utiliza para chegar ao seu propósito que é justamente encontrar as respostas para eventuais problemas suscitados e comprava-las cientificamente.

A primeira fase de levantamento bibliográfico constituiu-se em identificar as principais referências sobre a temática do feminismo e empoderamento feminino. A busca se concentrou em livros, artigos e produções acadêmicas como monografias e dissertações respeitando o limite de até dez anos de antiguidade. Posteriormente definiu-se a população do estudo ou seja, o perfil das participantes. Optou-se por estudantes concluintes do curso de pedagogia pela proximidade com a realidade da pesquisadora que se insere nesse contexto.

A partir de então, passou-se a definir e produzir o instrumento de coleta de dados. Nessa etapa, optou-se por utilizar questionário estruturado com perguntas abertas, proporcionando maior liberdade para que as participantes em suas respostas e sem bloquear nenhum tipo de pensamento.

O questionário estruturado é mais comumente utilizado em pesquisas de abordagem quantitativa e com perguntas fechadas. Entretanto, também podem ser usado em pesquisas qualitativas e com perguntas abertas, como no caso desse estudo. A grande vantagem de usar Questionários estruturados está na facilidade de organizar as informações obtidas. Entretanto, com perguntas abertas e pré-formuladas, a atenção precisa ser redobrada, pois o entrevistado tem total liberdade em sua resposta para discutir o tema e até mesmo discordar em alguns pontos com o entrevistador (ANDRADE, 2010).

Sendo a Pedagogia esse campo que abrange um grande número de mulheres, A ideia de trabalhar a Temática surgiu a partir de conversas entre uma colega de sala, pois vivenciávamos naquele momento situações cotidianamente que muitas vezes nos inquietávamos, por sermos esposas, trabalhadoras e estudantes. O foco seria apresentarmos juntas. Devido as mudanças no quadro de apresentações dos trabalhos acadêmicos, infelizmente tivemos que rever a forma como trabalharíamos o tema que era tanto do meu interesse quanto dela, conversamos e ajustamos que ela focaria na Temática do empoderamento das alunas iniciantes do curso de Pedagogia, e eu fiquei com a responsabilidade de defender sobre o Empoderamento feminino das alunas concluintes, Mesmo assim, continuamos nos ajudando o que resultou numa troca positiva para ambas. Interesse-me neste TCC, por analisar a compreensão dessas estudantes, visando trazer a tona questões relativas ao empoderamento das mulheres. Para isso, foi aplicado com as alunas dos três turnos um questionário, composto por 20 questões, foram usados 10 perguntas iniciais, que julguei ser as primordiais no sentido de contribuírem para os enfoques propostos a partir do objetivo geral deste trabalho.

As perguntas foram elaboradas no sentido de contribuir de forma positiva no levantamento dos dados necessários para a estruturação das informações cabíveis no decorrer do trabalho, para que a temática do Empoderamento bem como o Empoderamento de mulheres fossem expostos de forma mais clara diante dos elementos encontrados a partir da pesquisa proposta. O primeiro contato com as estudantes foi presencial, fui a cada turno e apresentei a proposta da pesquisa, algumas alunas se disponibilizaram, outras não mostraram empatia ou interesse em contribuir com a pesquisa.

O Questionário foi entregue para as alunas, e assim foi definido um prazo, para que as mesmas reenviassem suas respostas, como muitas das estudantes cursavam componentes diferentes, podendo ocorrer um desencontro para o recolhimento, logo, resolvi que todas encaminhariam via e-mail. Assim se deu a coleta dos dados do questionário, algumas estudantes cumpriram a data, outras precisei de um pouco mais de paciência e insistência, o que resultou em apenas 10 estudantes que de fato abraçaram a temática e deram suas contribuições para fundamentação desta pesquisa. O perfil das mulheres estudantes é bem diversificado, algo que explicarei no próximo tópico.

4.1 Sujeitos da Pesquisa

De acordo com Andrade (2010) os sujeitos de uma pesquisa são aquelas pessoas que fornecerão os dados e informações que o autor necessita para desenvolver a pesquisa e chegar às suas próprias conclusões. No caso deste estudo, os sujeitos participantes foram dez alunas concluintes do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, campus I, João Pessoa. Inicialmente meu objetivo era desenvolver a pesquisa com todas as estudantes concluintes do curso, mas apenas dez se comprometeram e devolveram-me o questionário devidamente respondido.

Esse número não se constituiu em uma opção determinada pelo meu ponto de vista enquanto pesquisadora, mas deu-se em razão de circunstâncias como a quantidade de alunas concluintes do curso de pedagogia que se dispuseram a responder o questionário elaborado. Por se tratar de uma pesquisa sobre empoderamento feminino, o público alvo foram apenas estudantes do sexo feminino.

4.2 Caracterização dos Sujeitos

Os nomes aqui relacionados são todos fictícios, visando preservar a identidade de todas as participantes. As alunas têm idade entre vinte e quatro e trinta e sete anos. A maioria delas são casadas, A grande maioria delas se distinguiram como sendo da raça parda, apenas duas se declararam pertencentes a raça Branca e apenas uma se definiu Negra. A maioria se auto declarou Heterossexual, apenas uma se definiu Bissexual. Sem dúvida existe uma grande diversidade de modos e hábitos de vidas dessas mulheres estudantes.

Nome	Idade	Estado Civil	Cor/Raça	Orientação sexual
Maria	25	Casada	Parda	Heterossexual
Luiza	25	Solteira	Parda	Heterossexual
Paula	33	Casada	Negra	Heterossexual
Karina	24	Solteira	Parda	Heterossexual

Joana	24	Casada	Parda	Bissexual
Carolina	37	Casada	Parda	Heterossexual
Tereza	36	Viúva	Parda	Heterossexual
Marcia	26	Casada	Branca	Heterossexual
Cassia	30	Solteira	Parda	Heterossexual
Ana	29	Casada	Branca	Heterossexual

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.3 Procedimentos de Análise dos Dados

Segundo Teixeira, Nitschke e Paiva (2008), a fase de análise dos dados diz respeito ao momento de reflexão crítica da pesquisa investigativa, mostrando-se um caminho árduo e de grande responsabilidade. Somente através dessa análise é possível transformar a realidade inicial e alcançar os objetivos preestabelecidos. Nesse sentido, analisar os discursos transformando-os em um texto escrito é um caminho que deve reconhecer um processo transpassado por sentimentos e emoções ou por um processo de construção ou desconstrução que a torna uma experiência inquietante.

O percurso da análise realizada no presente estudo iniciou-se a partir da transcrição das dez entrevistas, ou seja, da identificação de quem seriam essas estudantes mulheres, buscando analisar qualitativamente as respostas obtidas. A partir dessa transcrição, partiu-se para a leitura global das entrevistas, buscando selecionar, organizar e classificar os principais fatos e os elementos comuns entre as falas, para transformá-los em evidências da pesquisa. A partir de então foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Essa técnica visa obter, através do emprego de procedimentos sistemáticos, indicadores que permitem a reflexão sobre o tema, inclusive as variáveis.

Como demonstrado no quadro acima as estudantes possuem idade entre 24 e 37 anos, onde sete delas se autodeclararam Pardas, Duas se autodeclararam brancas e uma se autodeclarou Negra. Em relação ao estado Civil: sete são casadas, e três são solteiras. As que afirmaram que trabalhavam fora de casa foram cinco, quatro

delas exerciam a função de dona de casa e apenas uma se autodeclarou como micro-empREENDEDORA. Das dez que participaram da entrevista cinco possuem filhos/as e cinco não possuem. O perfil dessas mulheres aponta para certa diversidade e diferenças de realidades e expectativas com relação ao empoderamento feminino no curso de pedagogia que será analisado a seguir

5. A PEDAGOGIA COMO ESPAÇO DE EMPODERAMENTO DE MULHERES?

A educação se constitui como uma das ferramentas de maiores relevância para se pensar a igualdade de gênero. Na problemática abordada sobre o tema do empoderamento das mulheres estudantes, o ensino superior ganha especial destaque, por se concretar como espaço de amplos quesitos que cercam os diferentes contextos trazendo a tona novas informações e assim reflexões imprescindíveis, na promoção da igualdade entre os sexos. Durante a elaboração do questionário a preocupação era que as mulheres de fato expusessem o que sabem e pensam sobre o tema do empoderamento feminino.

Em uma das questões as alunas foram indagadas sobre o que para elas era o empoderamento, bem como o empoderamento de mulheres. As respostas foram as seguintes:

Não sei de fato o que significa, mas imagino que seja algo em relação à flexibilidade da mulher no convívio social, o poder de decisões, de direitos igualitários e dentre outros. (Tereza, 36 anos).

É se libertar de repressões. É a mulher resgatar o poder de sua vida. (Paula, 33 anos).

Para mim entendo como empoderamento expor a sua opinião ante a uma situação, colocar-se a Favor ou não diante de uma situação. (Maria, 25 anos).

Empoderamento é a sua atuação de forma direta e indiretamente frente as ideologias, participação política, trabalho que você acredita está correto. E empoderamento feminino está acontecendo dessa forma, ganhando cada vez mais espaço. (Marcia, 26 anos).

Analiso através das falas das entrevistadas, que o conceito de empoderamento ganha vários significados, para algumas estando ligado às relações de poder que a mulher exerce no meio social, para outra o termo está ligado às próprias decisões que a mulher pode ter sobre sua vida. Luttrell e Queiroz (2009) entendem que o empoderamento está encadeado ao reconhecimento do indivíduo, neste caso a mulher, em relação a sua participação na sociedade e de sua ascensão para o sucesso profissional e pessoal.

Assim o curso de pedagogia por atender em sua grande maioria o público feminino, sem dúvida deve assumir em sua ampla grade curricular estratégia que, equacione ou vão contra toda reprodução de desigualdade, ou seja, concentre sua prática para uma verdadeira coeducação que de fato contribua para perpetuação da invisibilidade das mulheres em todas as esferas da esfera pública e pessoal. Segundo Allen (2001), a intervenção pedagógica deve conter estratégias de solidariedade e de construção de coalizão, para que assim, possa se fomentar a busca no acesso do poder nos espaços públicos e privados entre outras mulheres e homens.

Outra pergunta direcionada para as mulheres foi se elas se sentem mulheres empoderadas. As respostas foram surpreendente; Percebi que elas de fato foram bem verdadeiras ao responderem. Das 10 entrevistadas, 8 logo se viram como mulheres empoderadas as outras duas expuseram que são “em partes”, que fatores financeiros as fazem se sentirem submissas. Vejamos as respostas:

Sim, me considero empoderada, e é libertador, como falei na questão acima, o empoderamento tem a ver com o romper com os paradigmas sociais, machistas, misóginos e sexistas, sendo, portanto, uma luta diária. Considero-me empoderada por segurar a mão de um homem que muitas pessoas temem para mostrar-lhe que sou mulher e mereço respeito. Ou por pegar briga no meio da rua em casos de assédio comigo e com outras meninas, sendo interessante que até a forma que isso ocorre é libertadora e necessita de um empoderamento para que ocorra, pois, é chocante para sociedade uma mulher que se defenda de forma firme (risos), somos tidas como afrontosas, barraqueiras ou coisas do tipo. (Joana, 24 anos)

Considero-me empoderada por denunciar situações de agressões e similares, por não permitir que tirem nosso direito a fala e nenhum de nossos outros direitos. Até o fato de se denominar feminista exige de nós empoderamento, considerando que o fato de eu declarar que luto pelo meu direito e pelo direito das mulheres, já faz com que o receptor ou receptora se ache no direito de vir com 300 acusações, julgamentos, xingamentos entre tantas outras coisas. (Joana, 24 anos)

Sim, Pois posso até falar e procurar meus direitos, mesmo que muitas vezes me são negados. (Carolina, 37 anos).

Sempre procuro expor o que penso, analisando e refletindo minhas próprias ações, fazendo com que eu sempre aja por mim mesmo, não precisando que outros falem por mim. (Ana, 28 anos).

Sempre busquei e busco a liberdade de opinião, a igualdade dos gêneros em todas as áreas. (Cassia, 30 anos).

As vezes sim, outras não. Bom. Tenho noção do que é ser uma mulher empoderada e por isso não me encaixo em alguns requisitos, pelo menos não nesse momento por não está trabalhando talvez. É muito relativo há muitos fatores que me levam a me sentir empoderada e outros não, fica difícil distinguir. (Karina, 24 anos).

Analisando as respostas, percebi que a maioria respondeu de forma positiva, ou seja, das 10 entrevistadas, 8 se descrevem como sendo mulheres empoderadas as outras duas expuseram que são em partes, que fatores financeiros as fazem se sentirem submissas. Acredito que, de fato, a ocupação das mulheres no mercado de trabalho, contribui para sua independência financeira, fazendo com que elas sejam independentes para serem autoras de suas próprias vidas.

Como ressaltam D'Ávila Neto e Nazareth (2005), o processo de globalização, considerado uma das causas do aumento do trabalho remunerado para as mulheres, as atinge de maneira diversificada, em razão das condições diferenciadas entre elas, tais como: cultura, condição econômica, raça, acesso à educação e ao desenvolvimento tecnológico, dentre outras. Por essa razão, quando tais contextos não são valorizados, a sociedade globalizada apenas fortalece as diferenças e gera novas desigualdades.

De fato, considerando a realidade da atuação das mulheres no mercado de trabalho e no sistema econômico, elas são consideradas menos valorizadas do que os homens, com base em ideias e conceitos baseados em discriminação, o que desemboca em um processo de subalternidade, opressão e exclusão, no qual as mulheres vêm sendo submetidas há um longo período de tempo. Conforme mostram a pesquisa recente da Catho (2019), a participação da mulher no mercado de trabalho está crescendo em diversos segmentos, inclusive nos cargos de direção em grandes organizações. A pesquisa revelou ainda que, com relação a área de atuação, as mulheres apresentam uma maior participação em setores como Recursos Humanos, Educação e Área Administrativa, já nas áreas de tecnologia e indústria, os índices de

atuação feminina aparecem em percentual menor com relação à participação masculina.

Conforme aponta um estudo da Organização Mundial do Trabalho – OIT (2018), as mulheres são menos propensas a participar do mercado de trabalho em relação aos homens. Os dados revelam que a participação das mulheres no mercado de trabalho no ano de 2018, ficou em 48,5%, ou seja, 26,5 pontos percentuais abaixo da taxa em relação aos homens. Isso significa que apesar dos avanços conquistados e dos compromissos assumidos para continuar progredindo, ainda existe uma grande distinção entre a ocupação de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Esse estudo foi apresentado no portal da ONU Brasil (2018) e destacou ainda que muitas mulheres enfrentam péssimas condições de trabalho, embora muitas vezes mesmo sendo menos remuneradas, contribuem para o negócio familiar voltado para o mercado. Com base na pesquisa, ainda hoje o número de mulheres que ocupam cargos elevados, como por exemplo, administradoras de empresas, representam 4 vezes menos, do que os homens, essas desigualdades de gênero também refletem em cargos de gestão, nos quais as mulheres continuam enfrentando barreiras no mercado de trabalho nesse e em vários outros postos.

A Pergunta subsequente feita para as estudantes: se elas já se imaginaram ocupando um cargo de poder e se sentem esse desejo. Segue as respostas:

Não. Sou uma pessoa muito ansiosa e sofreria por exigir muito de mim. (Luiza, 25 anos).

Não! (Márcia, 26 anos)

Não! (Paula, 33 anos).

Não. (Cassia, 30 anos).

Sim. Tenho interesse. E me vejo preparada para qualquer desafio. (Teresa, 36 anos).

Sim. Tenho sim interesse. Em muitas vezes me vejo na gestão de uma escola, um lugar de muita responsabilidade para qualquer pessoa, neste cargo poder contribuir com as minhas ideias e conhecimentos. (Maria, 25 anos).

Analisando as respostas, pude perceber que mesmo muitas dessas estudantes sentindo-se mulheres empoderadas, elas não se vêem ocupando cargos de poder, nos

diversos espaços públicos ou privados. O que me fez refletir se, de fato, o curso de Pedagogia está despertando nessas mulheres o desejo de “irem além”, fazendo essas mulheres sentirem-se preparadas para ocuparem cargos de poder tão fundamentais na contribuição da quebra de novos paradigmas que elas tanto almejam. Para a gerente de princípios de empoderamento da mulher da ONU Mulheres, Adriana Carvalho, um dos motivos da discrepância em posições de liderança é o fato de a sociedade ainda associar aos homens características de comando, controle e assertividade, e às mulheres traços como sensibilidade, atenção e empatia. “O limite de comportamento delas é muito mais estreito. Se elas não se aproximam um pouco mais das características supostamente masculinas, já se imagina que elas não têm condições de exercer o poder”, afirma.

Promover a representatividade das mulheres em diferentes setores da sociedade é uma prioridade para a Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2015, o órgão elencou quais são os 17 objetivos para mudar o mundo e enumerou a igualdade de gênero como o quinto item da lista. A decisão da ONU de discutir o tema tem fundamento: “A economia do país cresce mais quando há maior igualdade de gênero”, diz Adriana.

A pergunta seguinte eu considerei chave para analisar se e como o curso de Pedagogia contribui para o empoderamento feminino das estudantes. Elas foram indagadas se ao longo do Curso de Pedagogia, vivenciaram algum(uns) momento(s) que as fizeram sentir-se empoderadas. Pedi para que falassem um pouco sobre essa(s) experiência.

Em partes, sim, o curso me proporcionou algumas vivências que me fizeram repensar sobre o importante papel da mulher na sociedade. Dentro dos componentes acredito que apenas um deu de fato relevância a questões que envolvem as mulheres, que foi a disciplina de filosofia da educação 1, com o professor Rondon. Também participei de palestras e oficinas, em outros turnos, mas percebia que muitas colegas não tinham a mesma oportunidade por trabalharem. (Ana, 30 anos).

Bom, dentro do curso em si não. Porém diante de alguns eventos que participei, pude ter um clareamento de ideias acerca do tema, pelo qual me interessei bastante e é algo que de certa forma faz parte da minha vida nesse momento (Karina, 24 anos).

Não que me lembre! (Cassia, 30 anos).

Quando enfrentei um professor que me perseguia a vários períodos mesmo não cursando nenhuma disciplina. Houve um tempo que pensei em desistir do curso pelas indiretas preconceituosas que ele fazia e quando o enfrentei sabendo de leis e de todo o sistema que me dava todo o direito de estar ali na UFPB como qualquer outro aluno. Emociono-me em falar (Paula, 33 anos).

Creio que em todas as aulas, nos corredores, nas conversas. O curso de Pedagogia nos proporciona bastante esses momentos, tanto de empoderamento intelectual, que é aquela coisa de aprender a se ver como um ser de direitos, conhecer autoras que embasem seu posicionamento e de vez em quando, com alguns professores do sexo masculino, temos de mostrar nosso empoderamento para garantir que nossas vozes não sejam silenciadas ou mesmo para defender o direito das mulheres. Além disso, as nossas conversas nos corredores, as palestras e demais situações são importantíssimos para o alinhamento do discurso e práticas. (Joana, 24 anos).

No momento em que tínhamos vez e voz. (Tereza, 36 anos).

Alguns. Não em eventos ou palestras, mas por pessoas que conheci que me fizeram refletir sobre as possibilidades que o mundo oferece e que não há limites para os que a buscam antes me sentia fraca para seguir meus próprios planos, chegando a desmerecer minhas próprias conquistas. (Luiza, 25 anos).

Infelizmente não. Pois a própria gestão do curso é excludente para com discentes da noite (Maria, 25 anos).

Em momentos de apresentações de seminários ou algum trabalho acadêmico ou até mesmo no período de Estágios (Carolina, 37 anos).

Analisando o exposto pelas estudantes pude perceber que cada uma delas, de fato, vivenciou situações adversas diante da graduação. Algumas foram objetivas indicando que não vivenciaram momentos que lhes fizeram sentir-se empoderadas, Já, outras, expuseram que sim, mas não devido a inserção do tema dentro dos componentes curriculares que foram cumpridos e outras que demonstraram perceber as lacunas que ainda acontecem dentro do curso de Pedagogia para que as alunas,

de fato, possam vivenciar momentos mais significativos que propaguem o tema e para que todas possam se sentirem mulheres empoderadas.

Diante dos pensamentos dessas mulheres logo me veio à tona um pensamento de Paulo Freire (1986) quando explica o empoderamento de mulheres como um ato político libertador que se contrapõe a concepção bancária de educação, transformando de forma positiva o contexto ao qual o ser mulher está ligada. Segundo o autor (1986), o empoderamento está diretamente ligado ao um processo de conscientização, que deve levar os seres envolvidos de um pensamento ingênuo ao pensamento crítico.

Acredito que este deve ser de fato o formato que o curso de Pedagogia deva assumir para com as estudantes, usando como base a dialogicidade, para que como explica Freire, os espaços educativos possibilitem os indivíduos neste caso as mulheres poderão se verem como seres interativos com o mundo que se fazem presentes e que assim são de extrema relevância atuar nessas questões do empoderamento feminino. Só através dessa dialogicidade na formação é que as mulheres poderão romper com o paradigma do conhecimento sem problematização, construindo assim uma educação emancipadora e empoderada.

Dessa forma, a ação educativa fundada na prática dialógica, além de possibilitar ao(à) estudante maior poder social e de intervenção para transformar as situações menos humanas em mais humanas, pode permitir aos sujeitos a busca constante de ações e reações de solidariedade, respeito e responsabilidade com eles mesmos, com os outros com o mundo (SOUZA, 2007).

A próxima pergunta proposta para as alunas foi: Na sua avaliação, o Curso de Pedagogia propicia uma formação para o empoderamento de mulheres? Explique. Vejamos as respostas:

Em partes sim, mas acho que deveria que se ter uma atenção maior para que temas envolvessem as mulheres fossem mais debatidos, vários temas não só relacionadas à violência, e também maior diversidade de eventos, tentando ao máximo ver a realidade das alunas, para que elas tenham maiores oportunidades de vivenciar momentos que contribuam ou fortaleçam com seu empoderamento feminino. (Ana, 28 Anos).

É pouco abrangido, precisa ser mais exposto, mais debatido. (Carolina, 37 anos).

Sim. Porém algumas se debruçam ou se interessam mais pelo assunto do que outras e terminam de envolvendo com projetos, discussões etc. (Marcia, 26 anos).

Acredito que infelizmente não. Porque não se ver conteúdo voltado para esse tema, no curso em si não há um espaço de debate, por exemplo, que discuta o tema. (Karina, 24 anos).

Sim. Em algumas disciplinas nos mostrou a importância de uma educação em direitos humanos mostrando a importância do conhecimento em relação aos direito humanos, as suas habilidades e valores, atitudes e comportamentos e ações perante a sociedade. Pensando em um indivíduo crítico e autônomo, livres, numa perspectiva de uma autonomia e igualdade direito e deveres. (Cassia, 30 anos).

Não. O curso de pedagogia está repleto de mulheres, mais as discussões que as cercam ou são sobre a sua sexualidade o que pra mim independente de ser heterossexuais ou homossexuais é discussão sobre sexualidade e como a pedagogia está ligada ao estigma de maternidade, do cuidar, quando fugimos dessas discussões parece não restar nada. (Joana, 24 anos).

Digo isso, devido à única vez que vi uma palestra sobre as mulheres e o mercado de trabalho foi em outro setor que não o Centro de Educação e nela o foco era em como o Brasil tem uma quantidade muito boa de mulheres nas escolas acima do número de homens e esse número não condiz quando falamos da realidade das empresas e da própria universidade. (Luiza, 24 anos).

Não é apenas a nossa sexualidade é a nossa vida, nossa carreira, homens e mulheres têm filhos mais apenas a mãe não é contratada isso para mim é um problema esquecido na penumbra de outro conflito que está sendo desenvolvido o de mulheres que largam todos os estereótipos e querem os homens submissos contra aquelas que lutas por igualdade (Luiza, 25 anos).

Em partes. Pois, em algumas disciplinas ao longo do curso discutimos sobre o papel feminino na sociedade do século 20, os desafios e as conquistas enfrentadas pelas mulheres. Além de participar de alguns fóruns sobre essa questão, no entanto só promovidas na semana da mulher. (Maria, 25 anos).

O curso em si não, mais alguns professores que fazem sem está no currículo do curso de Pedagogia. (Paula, 33 anos).

Analisando todas as colocações trazidas pelas estudantes, percebo que o curso de Pedagogia, mesmo tendo a maior presença do público feminino, ainda deixa muito a desejar em se tratando das temáticas que englobam o empoderamento. Evidenciei, a partir das respostas que, mesmo o curso apresentando uma ampla matriz curricular, temas de relevância como o proposto pelo presente trabalho: o curso superior como instrumento de empoderamento Feminino é pouco abordado. No sentido de, primeiramente, buscar entender quem são essas mulheres, quais suas diversas realidades, para que assim pudesse lançar um olhar de maior equidade e inclusão, que contribuam para uma formação que desperte nas mulheres não só uma visão de si mesmas, mas fazendo-as ir além, percebendo-se como seres ativos e atuantes na sociedade.

Acredito que as lacunas impostas pelas alunas foram resultados da falta de espaços que englobassem o diálogo sobre a temática do empoderamento, dentro do curso de Pedagogia, deixando a desejar. Penso que seja fundamental propor mais discussões visando estabelecer um olhar diferenciado para as relações entre os gêneros, partindo justamente da necessidade desta encontrar o equilíbrio, fazendo compreender a importância das diferenças, onde estas possam conviver sem a obrigatoriedade de um sexo se sobrepor sobre o outro, quebrando com a ideia de superioridade de um deles.

A partir dessa concepção, refletindo em cada vivência exposta aqui pelas mulheres estudantes, as discussões que tratam a temática do empoderamento de mulheres, sem dúvida, devem alimentar cada vez mais a ideia da sua importância na sociedade, uma vez que, ocorrendo esse equilíbrio com as diversidades, em que todos tenham vez e voz, resulte numa troca saudável nas relações,. Vale ressaltar que o âmbito acadêmico também deve se constituir como um espaço que reforça as características plurais de cada indivíduo, e não apenas diferenças entre os sexos.

Ao longo do percurso e observando cada fala, acredito que hoje um desafio para a igualdade de gênero seja alcançar uma nova consciência individual e coletiva entre todos no contexto social. Com relação ao empoderamento feminino, destaco que o ato de empoderar não é apenas uma conquista individual, mas deve ser entendida como uma luta coletiva de todas as mulheres. Embora ainda haja muito que se conquistar. Em conformidade com o pensamento de Freire:

Mesmo quando você se sente, individualmente, mais livre se esse sentimento não é um sentimento individual, se você não é capaz de usar sua liberdade recente para ajudar os outros a se libertarem através da transformação da sociedade, então você só está exercitando uma atitude individualista no sentido do empoderamento ou da liberdade (FREIRE, 1986, p.135).

Neste sentido, é preciso que todos e todas compartilhem desse estado de liberdade em todas suas nuances, a autonomia é constituída com o apoio da liberdade, afinal uma liberdade para ser realmente conquistado o sujeito carece ter autonomia seja no modo de ser e agir diante seus espaços particulares e por consequente na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos estudos realizados para a construção deste TCC, aprofundi meus conhecimentos acerca da importância do empoderamento das mulheres, como instrumento para transformação das estruturas que promovem desigualdades, por meio de mudanças nos comportamentos, na legislação, direitos de propriedade etc. A partir do referencial teórico estudado, compreendo que a educação deve assumir um caráter emancipatório, se consolidando como espaço no qual o diálogo seja algo concreto. Acredito Nesse modelo de educação, onde as mulheres possam questionar as ideologias que as dominam e subordinam, para que através do conhecimento elas possam se inserir em diversos espaços, atuando em prol também de outras mulheres, que muitas vezes não tiveram as mesmas oportunidades, porque suas vozes foram muitas vezes silenciadas.

Assim transformando-se as estruturas e instituições que reforçam e perpetuam a discriminação de gênero e desigualdade social, criando de fato as condições para que todas as mulheres possam ter acesso e controle sobre os recursos materiais e simbólicos para a superação social. O processo de empoderamento crítico feminista deve dirigir um olhar atento para todas as estruturas e fontes de poder relevantes. Analisando os dados coletados a partir do objetivo inicial sobre o empoderamento das alunas concluintes do curso de Pedagogia, é possível perceber que, algumas delas, reconhecem o curso como um espaço que propicia empoderamento, outras não conseguem perceber e vivenciar processos de empoderamento, no curso e fora dele.

Algumas alunas reconhecem a importância do espaço acadêmico como campo de propagação de debates da luta incessante das mulheres por mais respeito e por oportunidades iguais entre os sexos. Em várias das falas das entrevistadas foi possível identificar que esperavam mais do curso de Pedagogia, quanto à refletir sobre a condição das mulheres na sociedade. Para elas, o curso poderia e deveria contemplar de modo mais incisivo as temáticas de gênero e empoderamento de mulheres.

Analisando as falas de cada uma das participantes, percebi que durante a minha formação como estudante do curso de Pedagogia, o curso me possibilitou muitas vivências que foram imprescindíveis para despertar uma visão crítica em

relação as temáticas cotidianas que englobam a vida das mulheres, sem dúvida o gosto em trabalhar a temática na construção deste tcc, foi em partes a momentos vivenciados durante minha trajetória dentro da academia. Reflito que o curso em si não dar total condição para se empoderar por completo as estudantes, que se faz necessário, que as mesmas se lancem, se aprofundem, utilizando assim dos espaços e meios ofertados pela Universidade.

Sem dúvida a construção deste trabalho me possibilitou um olhar ainda mais atento e sensível para as questões de gênero e empoderamento das mulheres, uma vez que ainda sofremos muitas desigualdades, marcadas ao longo do tempo por uma sociedade machista, que nos impedem de enxergar o grande potencial que temos.

Por fim, apesar dos grandes avanços galgados, ainda há muito que se fazer para que as mulheres gozem da equidade no exercício de direitos. Ainda temos um longo caminho a percorrer na direção da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres. Sem dúvida a construção desta pesquisa provocou impactos significativos para mulher que sou hoje e, com certeza, será um foco na minha atuação profissional, esteja onde estiver atuando como Pedagoga.

REFERÊNCIAS

- ALVES, B. M. **O que é feminismo?** 8. ed. São Paulo: Braziliense, 2011.
- ALLEN, D. S. **Mathematics experience:** Contributing factors to the math anxiety and avoidance behaviors of female elementary school pre-service teachers. Tese (Doutorado em Educação) - Texas Tech University. 2001.
- AMORIM, L. T. Gênero: uma construção do movimento feminista? **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, Londrina, 2011, p. 1-5, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Linamar.pdf>. Acesso em: 28 Jun. 2018.
- ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** Elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ÁVILA, T. A. P. **Modelos Europeus de enfrentamento à violência de gênero:** Experiências e representações sociais. Brasília: ESMPU, 2014.
- AZEVEDO, S. **Políticas públicas:** discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS-JÚNIOR, Orlando A, *et. al.* Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173 – 187, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099/>. Acesso em: 21 Ago. 2018.
- BARBOSA, M.S. A participação das mulheres no ensino superior. 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/2660>. Acesso em: 28 Jun. 2018.
- BATLIWALA, S. What is female empowerment?. 1997. Disponível em: <https://www.popline.org/node/529788>. Acesso em: 28 Jun. 2018.
- BITTENCOURT, N. A. Movimentos feministas. **Revista Insurgência**, Brasília, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/viewFile/16758/11894>. Acesso em: 25 Ago. 2018.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero:** Subversão e identidade. 4. ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2012.
- BRASIL, Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. (1996), Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm#art92. Acesso em: 20 Jul. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação (2013). Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília, MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>. Acesso em: 28 Jun. 2018

CARBY, H. **Relações internacionais: a questão de gênero**. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2011.

CARRERA, D. **Mujeres y educación superior**. João Pessoa: UFPB, 2013.

CATHO. Perspectivas das mulheres no mercado de trabalho, 2018. Disponível em: <https://www.catho.com.br/educacao/blog/perspectivas-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 28 Jun. 2018.

CÉZAR, B. G. S; SCHERER, L. A; CORSO, K. B. Empoderamento feminino na carreira de mulheres docentes: estudo em uma universidade federal no interior do Rio Grande do Sul. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 7, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/viewFile/32655/22581>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

COLLING, A. A construção Histórica do feminino e Masculino. *In*: STREY, M.N.; CABEDA, S.T.L.; PREHN, D.R.(org.). **GÊNERO E CULTURA: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

DÁCIO, I. I. S. **Educação para o empoderamento: uma agenda para a igualdade de gênero na política em Abertura – PA. Margens – Revista Interdisciplinar – Versão Digital**, v. 11, n. 16, p. 267 – 283, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/download/5398/451>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

DESCARRIES, F. “Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Québec”. *In*: Labrys, estudos feministas. Brasília: UnB, número 1-2, julho/dezembro, 2002.

FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1986.

DURÁN, M. A. **Mulheres e desigualdade de gênero**. São Paulo: Contexto, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GONÇALVES, A. L. **História e gênero**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, M. C. **Gênero e Educação: Mulheres na Docência e Ensino Superior**. *In*: II CONINTER – Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades. São Paulo. PUC São Paulo. 2013.

GRIMSHAW, D. **OIT: participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é menor que dos homens**. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-ainda-e-menor-que-dos-homens/>. Acesso em: 28 Jun. 2018.

KLEBA, M. E. WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733 – 743, 2009.

LEONI, M. Los mundos bajo las sábanas. De la actividad sexual y sus funciones. Saarbrücken, Ed. Académica Española, 2001.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

LUTTRELL, C. QUIROZ, S. Understanding and operationalising Empowerment. London: Overseas Development Institute, 2009.

MACHADO, L. Z. **284 perspectivas em confronto**: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? Brasília, 2000. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/MACHADO_GeneroPatriarcado2000.pdf. Acesso em: 15 Jun. 2018.

MACHADO, L. Z. **Feminismo em movimento**. 2. ed. São Paulo: Francis, 2010.

MAGESTE, G. S. *et al.* Empoderamento de mulheres: uma proposta de análise para as organizações. **Anais do V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**, Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EnEO548.pdf>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

MAIA, H. T. L; SILVA, E. M. O empoderamento do gênero feminino através da educação escolar numa visão psicanalítica. **Anais do III Congresso Nacional de Educação – CONEDU**, 2011. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA11_ID3985_05082016083221.pdf. Acesso em: 11 Jun. 2018.

MARINHO, P. A. S; GONÇALVES, H. S. Práticas de empoderamento feminino na América Latina. **Revista de Estudos Sociais**, n. 56, v. 7, p. 80 – 90, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/res/n56/n56a07.pdf>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

MARTINS, E. A. M; COSTA, B. M. R. A importância das lutas feministas diante da busca pela igualdade de gênero. **Anais da 9ª Jornada de Pesquisa e 8ª Jornada de extensão do curso de Direito da FAMES**, 2017. Disponível em: <http://fames.edu.br/jornada-de-direito/anais/9a-jornada-de-pesquisa-e-8a-jornada-em-extensao-do-curso-de-direito/artigos/o-direito-civil-no-seculo-xxi/e2-08.pdf>. Acesso em: 15 Ago. 2018.

MENDES, R. S; VAZ, B. J. O; CARVALHO, A. F. O movimento feminista e a luta empoderamento da mulher. **Gênero e direito**, João Pessoa, v. 4, n. 3, 2015. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/25106>. Acesso em: 23 Ago. 2018.

NASCIMENTO, João. Ações afirmativas e políticas públicas de inclusão social. **Jus Navigandi, Teresina**, v. 10, 2013.

OLIVEIRA, K. B. *et al.* Estudo do empoderamento na perspectiva de mulheres líderes. **Revista Pretexto**, v. 16, n. 4, p. 82 – 99, 2015. Disponível em: www.fumec.br/revistas/pretexto/article/view/2624. Acesso em: 11 Jun. 2018.

OLIVEIRA, L. P. R; CASSAB, L. A. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, 2014.

Disponível em:

http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf. Acesso em: 12 Jun. 2018.

ONU BRASIL. **OIT**: participação das mulheres no mercado de trabalho ainda é menor que dos homens. 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oit-participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-ainda-e-menor-que-dos-homens/>. Acesso em: 28 Jun. 2018.

PINTO, S. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Social. Politc**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15 – 23, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 20 Ago. 2018.

QUEIROZ, D. M. “Mulheres no Ensino Superior no Brasil.” Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA. 2013.

SANTANA, E. L. **As mulheres contra o patriarcado e as relações desiguais de gênero**: aspectos teóricos e práticos no combate às opressões. 2017. Disponível em: <http://www.andes.org.br/imprensa/publicacoes/imp-pub-1294143947.pdf>. Acesso em: 15 Jun. 2018.

SANTANA, R. F. Algumas considerações sobre o feminismo. *In*: CRUZ, M. H. S; DIAS, A. F. (Org.). **Educação e igualdade de gênero**. 1. ed. São Paulo: Paco Editorial, 2015.

SANTOS, B. F. 10 números que mostram como está o ensino superior no Brasil. São Paulo. 2016. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/10-numeros-que-mostram-como-esta-o-ensino-superior-no-brasil/>. Acesso em: 25 Out. 2018.

SOUZA, T. M. S. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbólica. **Temporalis**, Brasília, ano 15, n. 30, p. 475 – 494, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10969/8406>. Acesso em: 13 Jun. 2018.

TEIXEIRA, M. A; NITSCHKE, R. G; PAIVA, M. S. Análise dos dados em pesquisa quantitativa: um olhar para a proposta de Morse e Field. **Revista Rene**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 125 – 134, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3240/324027963017/>. Acesso em: 28 Jun. 2018.

APÊNDICE

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS (QUESTIONÁRIO)

Graduanda: Patrícia Maria De Araújo Souza

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix Da Silva

A entrevista a seguir é parte integrante do trabalho de conclusão de curso, vista como ferramenta indispensável para a construção e obtenção de dados visando fomentar reflexões sobre **O EMPODERAMENTO DAS ALUNAS CONCLUINTES DA PEDAGOGIA DA UFPB** e está sendo desenvolvida por PATRÍCIA MARIA DE ARAÚJO SOUZA, estudante do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba - Campus I, sob matrícula 11317176, e tem orientação da Profa. Dra. Jeane Félix da Silva. A pesquisa tem por principal objetivo analisar os argumentos atualmente expostos pelas alunas, relacionando às suas perspectivas com relação ao curso e com relação a sua inserção no mercado de trabalho, refletindo sobre as concepções que as mesmas possuem sobre o tema empoderamento Feminino, ao longo da graduação na instituição, para que a partir de suas concepções possam ser esclarecidos quais as reais contribuições que o curso de pedagogia está ofertando ou não para as educandas, no sentido de lutar pela igualdade do gênero nos meios nos quais estão inseridas bem como na sociedade como um todo.

ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

1. Idade:
2. Raça/cor:
3. Local de moradia:
4. Estado civil:
5. Orientação sexual:
6. Religião:
7. Têm filhos/as? Se sim, quantos/as?
8. Você trabalha? Se sim, em que tipo de instituição (por exemplo: escola, comércio, organização não governamental, outro)
9. Por que você escolheu o Curso de Pedagogia?
10. Além da Pedagogia, você faz ou já fez outro curso de nível superior? Gostaria de fazer?
11. Você participa de algum grupo, movimento, rede (movimento social, igreja, associação de bairro etc).
12. Você se considera uma liderança? Fale um pouco sobre isso.

13. Para você, o que é o empoderamento? E o empoderamento de mulheres?
14. Você se sente uma mulher empoderada? Conte-me sobre isso.
15. Você acha importante o empoderamento das mulheres? Por quê?
16. Você acha que as mulheres, em geral, são empoderadas? Dê alguns exemplos.
17. Você já se imaginou ocupando algum cargo de poder? Tem interesse? Conte sobre isso.
18. Ao longo do Curso de Pedagogia, você vivenciou algum(ns) momento(s) que a fez(fizeram) sentir-se empoderada? Fale um pouco sobre essa(s) experiência.
19. Na sua avaliação, o Curso de Pedagogia propicia uma formação para o empoderamento de mulheres? Explique.
20. Em termos profissionais, o que você pretende com o término do Curso?

